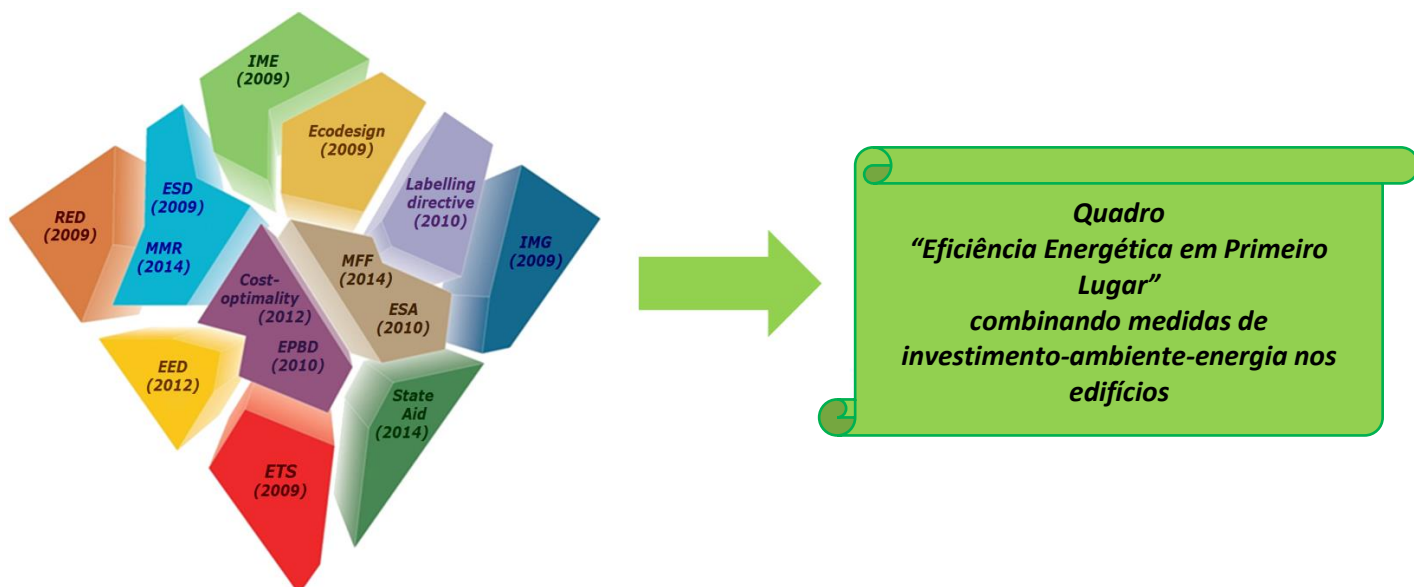




Transição Energética do Parque Imobiliário da UE

Desencadeando a Quarta Revolução Industrial na Europa

Resumo Executivo



Agradecimentos

A publicação “[Energy Transition of the EU Building Stock -Unleashing the 4th Industrial Revolution in Europe](#)” apresenta um relatório analítico preparado por [Yamina SAHEB](#) da [OpenExp](#).

A autora agradece os especialistas abaixo relacionados pela valiosa contribuição que eles proporcionaram:

Shradha ABT, Katalin BODIS, Randall BOWIE, Goran CACIC, Céline CARRE, Bertrand CAZES, Alix CHAMBRIS, Jean-François DALLEMAND, Anibal De ALMEIDA, Stella DIMITRIOU, Bettina DORENDORF, James DRINKWATER, Monika DRUNGILAITÉ, Susanne DYRBOEL, Szymon FIRLAG, Joao FONG, Patty FONG, Anna FRACZYK, Quentin GENARD, Zdravko GENCHEV, Karen GLITMAN, Véronique GUILLAUMIN, Irena HLEDE, Cecilia HUGONY, Jean-Pierre JACOBS, Rod JANSSEN, Nicolas JARRAUD, Scott JOHNSTONE, Adrian JOYCE, Maria KLEIS-WALRAVENS, Stephan KOLB, Rob KOOL, Andriy KOTSYUMBAS, Jens LAUSTSEN, Bianca-Nicole LEPSA, Alex LUPION-ROMERO, Erika MATA, Alan MEIER, Heinz OSSENBRINK, Costas PAPANICOLAS, Jędrzej PASIERSKI, Bruno PEDROTTI, Ladislav PIRSEL, Julian POPOV, Jan ROSENOW, Anna RYBERG HENRIKSSON, Mika RUPONEN, Milla SAIRANEN, Despina SERGHIDES, Niels SCHREUDER, Malgorzata SMOLAK, Ondrej SRAMEK, Dan STANIASZEK, Sandor SZABO, Marta SZABO, Jan TE BOS, Marta TOPOREK, Edouard TOULOUSE, Markus TRILLING, Sharon TURNER, Dragomir TZANEV, Ron VAN ERCK, Tomas WYNS, Francisco ZULOAGA.

Agradecimentos especiais ao [Prof. Anibal de Almeida](#) da [Universidade de Coimbra](#)

Um mercado de renovação energética está a emergir na Europa

A renovação energética desempenha um papel forte como estabilizador do sector da construção e, consequentemente, da economia europeia no período posterior à crise financeira. A estimativa do mercado de renovação energética foi da ordem de EUR 109 mil milhões em 2015 na UE 28 com a criação de 882,900 postos de trabalho. Os mercados de renovação energética franceses, alemães e italiano foram por si só responsáveis por quase metade do mercado de renovação energética da UE. O mercado de renovação energética de edifícios residenciais representa a maior percentagem, 65%, do mercado de renovação de energia total.

Políticas governamentais, quer as relacionadas com a recuperação da economia quer as relacionadas com a implementação dos objectivos climáticos e energéticos da UE para 2020, desempenharam um papel fundamental no surgimento do mercado de renovação energética. O financiamento da UE, quando bem combinado com fundos nacionais, permitiu um apoio considerável na implementação de medidas de eficiência energética em edifícios existentes. Isto, por sua vez, tem limitado o efeito da crise financeira no sector residencial, quer por sustentar empregos existentes quer por criar novos empregos. No entanto, as medidas de austeridade têm dificultado a emergência do mercado de renovação energética em alguns Estados-Membros.

O sector da construção, que é actualmente liderado pela renovação de edifícios existentes, é um dos pilares da economia da União Europeia. O setor em geral, tinham um volume de negócios de EUR 1.241 mil milhões na UE28 em 2013, o que foi equivalente a mais de 9% do PIB da UE nesse ano. O setor empregava quase 11 milhões de pessoas em 2013. Mais de 3 milhões de empresas, das quais 94% eram empresas com menos de 9 trabalhadores, estavam activas no sector da construção no mesmo ano. A percentagem do volume de negócios devido à renovação de edifícios existentes aumentou de 47% em 2005 para 57% em 2015. O domínio do mercado de renovação no mercado total dos edifícios começou em 2009, especialmente nos Estados-Membros onde as medidas de recuperação económica foram especificamente dirigidas à renovação energética dos edifícios existentes.

O mercado de renovação energética poderia crescer se a UE tiver a ambição de aumentar o seu tamanho

O tamanho do mercado de renovação energética da UE poderia aumentar em quase metade do tamanho do mercado de renovação energética atual se um objectivo de poupança energética de 40% fosse adotado para 2030. Isso criaria mais de um milhão de empregos adicionais. Um objectivo de poupança energética de 40% poderia permitir um aumento das taxas de renovação de quase 3%, embora seja cerca de 1% com a atual meta de 27% de poupança de energia. O aumento das taxas de renovação iria aumentar o volume da actividade de renovação. Isso daria mais confiança aos investidores e eliminaria incertezas sobre o futuro do mercado imobiliário da UE.

O sector da construção é conhecido pelo seu conservadorismo e falta de atração de Millennials. Aumentar o tamanho do mercado de renovação energética iria deslocar os investimentos para pesquisa, inovação e modernização do sector através da industrialização. Isso levaria ao surgimento

de uma indústria renovação energética da EU o que irá garantir que indústrias existentes da UE (isolamento, janelas, aquecimento e refrigeração, automação, iluminação, solar térmica, fotovoltaica...) envolvidas na renovação energética do parque imobiliário da UE manterão a sua vantagem competitiva nos mercados globais.

A renovação energética é uma oportunidade única para o renascimento industrial da Europa

Aumentar o tamanho do mercado de renovação energética desencadearia a 4ª revolução industrial na Europa. Seria necessário que a indústria passasse da atual renovação energética passo-a-passo baseada em componentes, para uma renovação energética global e em uma só etapa de cada edifício. A inovação irá ocorrer ao longo da cadeia de valor global do sector da construção, desde o desenvolvimento de kits de renovação energia zero pré-fabricados holísticos até a transformação dos cidadãos da UE de consumidores passivos em prosumers ativos. Novos atores, como agregadores de pequenos projetos, vão entrar no mercado. O financiamento público deve ser dedicado à transformação desta cadeia de valor global.

O renascimento industrial da Europa exigiria métodos e metodologias modernas para recolher dados e analisá-los. A implantação de contadores inteligentes, como exigido pelas directivas relativas ao mercado interno da electricidade e do gás e pela directiva de eficiência energética, se bem implementada irá desempenhar um papel importante na renovação da Europa. A implantação de contadores inteligentes precisa de ser combinada com modelos de energia baseados em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), o uso de drones para a inspecção dos edifícios, e modelos de relatórios obrigatórios, bem concebidos, para diferentes medidas, de forma a preencher a lacuna de dados. O objetivo é recolher/gerar, ao longo do tempo, os dados necessários para uma melhor avaliação dos progressos na execução das metas climáticas /energéticas da UE e de como alcançar esses objectivos ajuda a Europa no cumprimento das suas prioridades em termos de emprego e crescimento. Em geral, o objetivo é ter dados em tempo real para melhor satisfazer as necessidades e para ajustar as políticas no momento certo.

O mercado de renovação energética é uma oportunidade para pequenas e médias empresas que são actores principais no sector da construção. O apoio público é necessário para remodelar competências e modernizar as instalações. O objectivo é garantir que as pequenas e médias empresas beneficiarão da industrialização de renovação energética. Soluções com base na reciclagem e baixo impacto ambiental devem ser prioritárias. Estas soluções podem ser co-financiadas por fundos públicos no âmbito do pacote economia circular.

Rumo a um quadro de investimento-ambiente-energia para edifícios "prioridade à eficiência energética"

Uma estratégia de renovação da UE seria melhor desenvolvida através de um quadro de política de investimento-ambiente-energia integrada para edifícios com base no princípio "prioridade à

eficiência energética¹ e, à luz do acordo climático de Paris. Tal enquadramento abrangente, conforme exigido pelo pacote para uma melhor regulamentação, agilizará relatórios e assegurará a coerência entre as disposições actualmente incluídos em pelo menos 14 instrumentos diferentes, Figura ES.1. Também simplificaria a implementação para os Estados-Membros, evitando a dupla contagem e facilitando a verificação da conformidade.

As provisões para reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa do parque imobiliário estão distribuídas entre pelo menos 14 instrumentos de política, a nível da UE. As disposições existentes incluem aquelas relacionados ao parque imobiliário global, a cada edifício individual e a componentes e elementos de construção. Os sistemas (aquecimento, arrefecimento e iluminação) não são bem tratados pelos actuais disposições. Progressos importantes na elaboração de relatórios sobre as emissões de consumo de energia e gases de efeito estufa têm sido feitos nos últimos anos como resultado destes instrumentos políticos da UE. No entanto, os Estados-Membros são obrigados a comunicar separadamente à Comissão sobre as medidas consideradas para cada disposição/instrumento, embora, muitas vezes, as mesmas medidas façam face a diferentes disposições em instrumentos diferentes, ao mesmo tempo.

Nos termos da decisão relativa aos esforços partilhados, DREP, há uma meta vinculativa implícita para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa do sector da construção. Esta meta não é suportada por um requisito da UE para definir uma meta de poupança energética nos edifícios. No entanto, dois terços dos Estados-Membros fixaram, numa base voluntária, um objectivo de poupança de energia nos edifícios. Os Estados-Membro informam sobre várias medidas para atingir o seu objectivo vinculativo DREP e o seu objectivo indicativo de poupança de energia. No entanto, a fragmentação das disposições sobre energia e ambiente entre os diferentes instrumentos não permite avaliar de forma eficaz o contributo do sector da construção para os objectivos climáticos e energéticos 2020.

A fragmentação dos instrumentos de política climática e energética da UE põe em causa a concepção e implementação de uma estratégia ambiciosa e de longo prazo de renovação dos edifícios e impede o surgimento de uma indústria renovação energética na UE. Esta fragmentação, Figura ES.1, aumenta o esforço de apresentação de relatórios dos Estados-Membros. Também dificulta, se não impossibilita, a avaliação da eficácia e da coerência do pacote global de política de investimento, ambiente e energia para edifícios da UE. A fragmentação dos instrumentos da UE não incentiva as sinergias entre os diferentes departamentos de políticas a nível da UE e nacional, nem entre as indústrias envolvidas na renovação energética. Pelo contrário, ela mantém cada grupo separado.

¹ princípio "prioridade à eficiência energética": é um princípio orientador introduzido como parte da estratégia para uma União da Energia (CE, 2015-a) onde se diz que a eficiência energética deve ser considerada como uma fonte de energia. Destina-se a dar prioridade aos investimentos em poupança de energia (eficiência energética e de resposta à procura).

Mais informações disponíveis em: <https://europeanclimate.org/efficiency-first-a-new-paradigm-for-the-european-energy-system/>

Figura ES.1 : Instrumentos de política da UE 14 com o objectivo de aumentar os investimentos na transição energética do parque imobiliário da UE



2

Ponto-chave: A fragmentação dos instrumentos políticos da UE leva a desafios e dificuldades na aplicação da legislação da UE e, portanto, à perda de oportunidades económicas.

O abrangente quadro "prioridade à eficiência energética" para edifícios deve incluir metas de poupança energética e de carbono vinculativas e a longo prazo, com objectivos intermédios. Isso daria confiança à indústria para investir na industrialização da renovação energética, o que por sua vez, levaria à criação de uma indústria de renovação energética. As indústrias existentes (isolamento, janelas, aquecimento e refrigeração, automação, iluminação, energia solar térmica e fotovoltaica ...) e as suas cadeias de valor iriam desenvolver e fornecer os componentes necessários para os kits de renovação energética, como fazem hoje para a construção de novos edifícios. Estes kits de renovação energética teriam de ser desenvolvido para edifícios de cada período de construção, zona climática e tipo de construção.

Uma nova estrutura de governação seria necessária para apoiar o quadro "prioridade à eficiência energética"

O quadro de investimento-clima-energia "prioridade à eficiência energética" para edifícios exigiria nova estrutura de governação, incluindo a fixação de um Facilitador Renovação Energia da UE e de um mecanismo de partilha de riscos da UE. A próxima proposta legislativa sobre a governação da União Energia é uma oportunidade única para discutir e preparar o terreno para os arranjos institucionais descritos abaixo:

- **Um facilitador de Renovação Energética da UE seria necessário para organizar a procura e a oferta.** A entidade deve ser independente das instituições da UE existentes. Ela exige uma estrutura de governação a vários níveis de forma a alinhar vários objectivos políticos e envolver os agentes interessados na transformação do parque

² Os nomes completos de cada instrumento da UE e suas respectivas abreviações encontram-se disponíveis na Tabela 1 abaixo.

imobiliário da UE de esbanjador de energia a altamente eficiente e produtor de energia, levando ao consumo líquido de energia zero. Uma parte importante do alinhamento de políticas é garantir que as políticas são alinhadas em diferentes níveis de governação. Um envolvimento precoce e transparente dos agentes interessados na definição dos processos de definição de metas e de planeamento, em cada nível de governação, aumentaria a aceitação dos resultados bem como os compromissos dos agentes interessados em ajudar na implementação e aumento da eficácia.

- **É necessário um mecanismo de partilha de riscos da UE para assegurar uma utilização mais coerente do financiamento público e o apoio contínuo para investimentos em renovação energética.** O objetivo do Mecanismo de partilha de riscos é mitigar o risco financeiro de investimentos de renovação energética, fornecendo garantias de empréstimos para agregadores de empresas que investem em projectos de renovação energética. O objetivo é reduzir o risco perceptível pelos investidores, permitindo taxas de juros baixas a nível local. Globalmente, o objectivo é avançar para um mercado de renovação energética auto-financiado. A facilidade de partilha de riscos também deve proporcionar financiamento para capacitação e partilha de conhecimento. Fundos existentes da UE poderiam ser agrupados para a implementação deste mecanismo.

As autoridades locais / regionais serão um dos principais actores na transformação do parque imobiliário da UE. Seria necessário dar apoio às autoridades locais/regionais, especialmente nos Estados-Membros com um PIB per capita inferior à média da UE, para estabelecer facilitadores de renovação energética a nível local/regional. Os « balcões únicos » a níveis local/regional, que atualmente fornecem informações, poderiam evoluir e desempenhar o papel de facilitadores de renovação energética local/regional. Os facilitadores de renovação energética tem que entidades externas independentes para garantir a confiança de todos os intervenientes. O seu papel a nível local/regional seria reunir todas as partes necessárias no ciclo de renovação para garantir que é fornecida uma renovação energética rápida e de alta qualidade.

A renovação energética é uma oportunidade para capacitar os cidadãos da UE e abordar suas preocupações

A transição energética do parque imobiliário da UE de um fator de desperdício de energia a altamente eficiente e produtor de energia, levando ao consumo líquido de energia zero, irá abordar as crescentes preocupações levantadas pela pobreza de combustível. A UE enfrenta um aumento sem precedentes da percentagem da população incapaz de manter as suas casas quentes no inverno. A transição energética do parque imobiliário da UE irá garantir que todos os cidadãos da UE têm acesso a serviços energéticos sem distinção de rendimento. Edifícios energeticamente eficientes também serão edifícios termicamente confortáveis no verão.

As melhorias na eficiência dos edifícios irão reduzir a poluição do ar resultante da combustão de combustíveis fósseis. Consequentemente, a saúde dos cidadãos da UE será melhorada. O consumo final de energia do parque imobiliário da UE representou 41% do consumo final total de energia da UE em 2013, com dois terços da energia consumida ocorrendo em edifícios residenciais. Quase um

terço da energia consumida em edifícios residenciais era de gás, dos quais 79% foi utilizado para aquecimento. Isso provoca um aumento da poluição do ar. Reduzir as necessidades de aquecimento também terá um impacto directo na redução da dependência do gás da UE em 55% do gás consumido é importado.

O mercado de renovação energética identificado é parcialmente financiado por impostos sobre a energia das famílias. No entanto, impostos sobre a energia pagos pelas famílias não são totalmente utilizados para a renovação energética. Seriam necessários melhores mecanismos para direccionar os impostos dos cidadãos para a renovação das suas casas e assim garantir um uso equitativo dos impostos sobre as famílias. O objetivo é transferir os gastos de energia das famílias do consumo de energia para os investimentos em renovação energética. Impostos sobre a energia estabelecidos pelos Estados-Membros são proporcionalmente maiores quando o volume de energia consumida é menor. Isso dificulta a poupança de energia e torna os consumidores mais vulneráveis ao risco de acabar em situação de pobreza de combustível.

Ao tornar os edifícios produtores de poupanças energéticas e energias renováveis, os cidadãos da UE serão fortalecidos. O aumento das poupanças de energia e energias renováveis nos edifícios fará com que eles desempenhem um papel activo no sistema de energia da UE. É necessária a integração dos edifícios no sistema de energia da UE e permitir uma concorrência leal entre capacidade de produção e poupança de energia. Num futuro próximo, os edifícios vão desempenhar um papel importante na estabilidade do fornecimento de energia. Eles irão fornecer electricidade produzida localmente, servir de armazenamento e reduzir a procura de pico. A transformação do sistema de energia da UE num sistema descentralizado irá capacitar os cidadãos da UE e torná-los "prosumers". Electrodomésticos inteligentes irão interagir com as redes inteligentes e permitir mais poupanças. Temporizadores e controlos irão determinar o melhor intervalo de tempo para consumir e / ou vender energia. Os aparelhos serão desligados automaticamente nas horas de ponta, quando os preços de energia estão altos, para permitir aos consumidores vender a sua produção a preços elevados e aumentar a quota de auto-consumo.

Abordar as lacunas nos 14 instrumentos existentes da UE deve ser uma prioridade para 2016

A oportunidade de iniciar a transição para o quadro da política "prioridade à eficiência energética" de investimento-ambiente-energia para os edifícios deve começar com a próxima revisão da legislação existente. No final de 2016, a UE irá adoptar propostas que irão moldar as políticas de investimento-ambiente-energia para edifícios nos próximos anos. Este processo não deve *bloquear* a possibilidade de evoluir rapidamente para um quadro único, totalmente coerente, simplificado e abrangente da política de edifícios destinado a alcançar a meta de transição energética do parque imobiliário da UE.

A avaliação / revisão dos instrumentos de investimento-ambiente-energia da UE, em curso em 2016, é uma oportunidade única para reforçar as disposições existentes e promover estratégias de renovação ambiciosas. Os instrumentos existentes da UE têm contribuído para a sensibilização dos intervenientes no mercado sobre a importância da transformação do parque imobiliário de um fator de desperdício de energia para um sector altamente eficiente e produtor de energia levando ao

consumo líquido de energia zero. No entanto, para assegurar a transição de energia do parque imobiliário da UE, os instrumentos existentes devem ser alterados e/ou reforçados. As principais lacunas identificadas no âmbito de cada instrumento / provisão estão resumidas na tabela ES.1. Para cada lacuna identificada, é sugerida uma recomendação de melhoria. O objetivo é preparar um caminho para capturar o potencial de poupança inexplorado à luz das prioridades da UE em termos de emprego, crescimento, da nova estratégia-quadro de energia da União Europeia do Acordo do Clima de Paris. A discussão de políticas sobre as recomendações da Tabela ES.1 abaixo é o primeiro passo certo a tomar.

Tabela 1 Lacunas identificadas em instrumentos políticos da UE e recomendações para superá-las e para uma discussão mais aprofundada

instrumento da UE	lacunas identificadas	modificações propostas a considerar no âmbito da avaliação / revisão em curso dos instrumentos da EU
Quadro clima e energia da UE2030 (27% de poupança de energia)	As taxas de renovação consideradas no modelo PRIMES (1,48% até 2020 e de 1,84% a partir de 2020, no caso da meta de 27% de poupança de energia) são demasiado baixas para aumentar a confiança dos investidores e para dar um sinal claro aos agentes do mercado a investir em tecnologia e soluções de financiamento inovadoras.	-Aumento das taxas de renovação energética consideradas pela PRIMES na revisão em curso dos cenários de descarbonização. -Adopção de um objectivo de pelo menos 40 de poupança de energia para 2030 para permitir um aumento das taxas de renovação energética e dar os intervenientes no mercado uma perspectiva de longo prazo.
Decisão relativa aos esforços partilhados (DREP), Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) e Mecanismo de vigilância e comunicação (MVC)	A soma das projecções dos Estados-Membros das emissões de GEE de edifícios em 2030 são 23% maiores do que aquelas definidas sob a meta de poupança energética de 27%.	Exigir aos Estados-Membros a revisão das suas projecções de GEE para os edifícios e garantir a coerência entre projecções de GEE dos Estados-Membros e do Quadro clima e energia da UE2030.
	Alguns Estados-Membros vão superar o objectivo de redução de emissões sob a DREP para o período de 2013-2020.	Assegurar que as projecções das emissões de GEE dos Estados-Membros para 2030 são baseadas em bases de referência precisas.
	A DREP permite aos Estados-Membros atribuir licenças de emissão em excesso do período atual para o próximo período (2020-2030).	Retirar a possibilidade de sobre-alocar licenças de emissão para o período seguinte.
	Os Estados-Membros comunicam as poupanças de todas as medidas sem distinção entre as medidas direccionadas à procura e à oferta.	Exigir uma distinção dos relatórios sobre a poupança de procura e as devidas a energias renováveis para avaliar a coerência com a meta de poupança energética e a meta das energias renováveis.
Directivas relativas ao mercado interno do gás (MIG) e da electricidade (MIE)	Os regulamentos do mercado interno só permitem a concorrência entre as opções do lado da oferta.	Incluir disposições para permitir a concorrência justa entre as opções do lado da oferta e a poupança de energia (eficiência energética e de resposta à procura).
	Os regulamentos do mercado interno exigem que os Estados-Membros desenvolvam "fórmulas tarifárias inovadoras". As fórmulas de fixação de preços desenvolvidas pelos Estados-Membros não motivam os consumidores a reduzir o seu consumo de energia.	Exigir que Estados-Membros considerem impostos de energia mais elevados para bandas de consumo de energia elevadas e impostos de energia baixos para as bandas de baixo consumo de energia.
Directiva de Eficiência Energética (DEE)	-Não Há nenhuma exigência específica para informar sobre a poupança de energia projetada do parque imobiliário. Mas alguns Estados-Membros informam, numa base voluntária, as suas projecções de consumo de energia final de seu parque imobiliário nos	-Exigir aos Estados-Membros que informem sobre o consumo de energia final projetada do seu parque imobiliário para anos definidos (2020, 2030) e agrupem esta comunicação nos termos do actual artigo 3º.

	termos dos artigos 3, 4, 5 e 7. -Não Há necessidade de definir uma meta de redução de energia e/ou de carbono para o parque imobiliário. Mas, 16 Estados-Membro, a região de Flandres e Gibraltar informaram, numa base voluntária, a sua meta de redução de energia e/ou de carbono devida às estratégias de renovação energética.	-Exigir que todos os Estados-Membros definam uma energia a longo prazo e/ou a meta de redução de carbono para o parque imobiliário em 2050 com 2020 e 2030 como marcos.
	Os Estados-Membros são obrigados a apresentar um relatório sobre as medidas consideradas para a renovação energética nos termos dos artigos 4, 5 e 7.	Exigir que os Estados-Membros sejam explícitos sobre as poupanças esperadas para cada medida ou pacote de medidas, para avaliar a coerência com as projecções do consumo de energia final e agrupem essa informação sob um único artigo nos relatórios.
	O conceito de renovação é definido em 4 maneiras diferentes.	Substituir todos os " conceitos de renovação " existentes por um conceito com o objetivo de transformar os edifícios de serem um gastador de energia para serem altamente eficientes e produtores de energia levando ao consumo líquido de energia zero.
	Os Estados-Membros estão autorizados a optar por medidas alternativas, incluindo a mudança de comportamentos, para a renovação dos edifícios públicos no artigo 5.	-Retirar a possibilidade de optar por medidas alternativas que reduzam a ambição e bloquear o potencial de poupança quando os edifícios públicos foram renovados para garantir que as autoridades públicas lideraram pelo exemplo. -alargar as disposições do artigo 5 para cobrir todos os edifícios que são propriedade e/ou ocupados por autoridades públicas em diferentes níveis de governação nos Estados-Membros.
	A directiva dedica um artigo inteiro para a barreira de incentivos repartidos « split-incentives », enquanto 70% da população da UE vive em habitações próprias e quase 60% da população da UE vive em habitações unifamiliares.	Incluir disposições que permitam a agregação de pequenos projectos (habitações unifamiliares) e abordar a necessidade de preços acessíveis de renovação energética (alta percentagem de proprietários), especialmente nos Estados-Membros com um PIB per capita inferior à média da UE.
Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD) e a metodologia de custo óptimo	Os edifícios residenciais, muitas vezes não cumprem os requisitos quando os edifícios são sujeitos a renovações importantes, especialmente quando se trata de elementos de construção.	-Retirar o conceito de grande renovação. Cada vez que um edifício é renovado, tem que ser renovado ao nível zero de consumo líquido de energia. Os requisitos mínimos de desempenho energético dos elementos e sistemas de construção têm de ser cumpridos de cada vez que um edifício é renovado, especialmente se envolver o uso de

		fundos públicos. A exigência de consumo líquido de energia zero, combinado com contadores inteligentes, fará a verificação de cumprimento mais fácil de implementar.
	Os sistemas de iluminação não são considerados como um dos sistemas para os quais tem que ser definidos requisitos mínimos de desempenho energético.	Incluir a iluminação ao estabelecer os requisitos para os sistemas técnicos dos edifícios (artigo 8º da EPBD).
	As utilizações finais incluídas no Anexo I não são claras quanto ao facto da iluminação ter ou não de ser incluída. Mas, os Estados-Membros informam o Eurostat do consumo de energia final de todas as utilizações finais.	Clarificar o Anexo I e incluir todas as utilizações finais para permitir a avaliação dos progressos visto que o consumo final de energia informado ao Eurostat inclui todas as utilizações finais e os contadores inteligentes irão medir o consumo global.
	Não é obrigatório os Certificados de desempenho energético terem como base o consumo de energia operacional ou medido.	Exigir a inclusão do consumo energético nominal de projecto, bem como o consumo de energia de operação, este último com base na factura energética, ao preparar certificados de desempenho energético.
Directiva Energias Renováveis (DER)	Não há exigência de relatório sobre o aumento da quota de energias renováveis em edifícios.	Exigir relatórios sobre o aumento da quota de energias renováveis em edifícios.
Implementação de medidas resultantes do Ecodesign combinados e Rotulagem directivas	Os requisitos mínimos de desempenho energético são definidas no ponto de menor custo do ciclo de vida no momento em que o estudo preparatório é realizado. Como resultado, no momento da execução, o mercado já avançou.	Estabelecer requisitos mínimos de desempenho energético ao nível da eficiência das melhores tecnologias disponíveis para garantir que o Ecodesign promove a inovação.
	Os requisitos de desempenho energético são para componentes e não refletem as condições de utilização reais, especialmente quando estes componentes são parte de sistemas de energia (iluminação, refrigeração, aquecimento e ventilação).	Exigir que a normalização tem em conta a abordagem de sistema e as condições de utilização reais na definição das condições de teste e de estimativa e/ou medição do consumo de energia.
	Falta de dados de mercado consolidados, o mau uso de tolerâncias de verificação permitidos para vigilância do mercado e falta geral de fiscalização do mercado.	-Avaliar a possibilidade de integrar dados de eficiência na base de dados PRODCOM. -Organizar ensaios interlaboratoriais (round robin) em laboratórios credenciados para avaliar a relevância das tolerâncias de verificação permitidas. -Avaliar a possibilidade de considerar a vigilância do consumo de energia do mercado, como parte dos testes realizados no âmbito do

		procedimento de marcação CE. -Nomear e denunciar publicamente os fabricantes que fornecem informação errada. -Organizar campanhas anuais de exames aleatórios na UE.
Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e os fundos estruturais	A satisfação das condições ex ante nem sempre é um pré-requisito para a utilização dos fundos da UE.	Incluir condições ex-ante visando um nível de consumo líquido de energia zero para qualquer utilização dos fundos comunitários.
	Os subsídios não permitem a renovação energética ambiciosa de edifícios, mas são estes os instrumentos preferidos utilizados pelos Estados-Membros.	Prestar apoio aos Estados-Membros para utilizarem instrumentos financeiros adaptados em vez de subsídios.
Regras dos auxílios estatais	As regras relativas aos auxílios estatais limitam a utilização dos fundos da UE para a renovação energética.	Rever as regras de auxílio estatal de forma a garantir que os fundos da UE podem ser utilizados para a renovação energética.
Normas de contabilidade	Os documentos de orientação para normas de contabilidade governamentais tornam difícil o financiamento da renovação de edifícios públicos.	-Rever as normas de contabilidade vigentes de forma a considerar investimentos de renovação energética como um investimento de ativos reconhecendo as poupanças provenientes de investimentos de renovação energética. -Os investimentos renovação energéticos devem ser considerados como uma dívida produtiva e classificados fora do balanço.
Fundos da UE / BEI	São consideradas altas taxas de juros para os investimentos de renovação energética como resultado da percepção de risco por parte dos investidores.	Considerar uma garantia da UE e/ou UE/BEI para baixar as taxas de juro a nível local, limitar o risco percebido pelos investidores e ganhar sua confiança.

Ponto-chave: A avaliação / revisão da maioria dos instrumentos da UE destinados à renovação energética em 2016 é uma oportunidade única para preparar o terreno para a transformação do parque imobiliário da UE de um fator de desperdício de energia para um parque altamente eficiente e produtor de energia levando ao consumo líquido de energia zero.

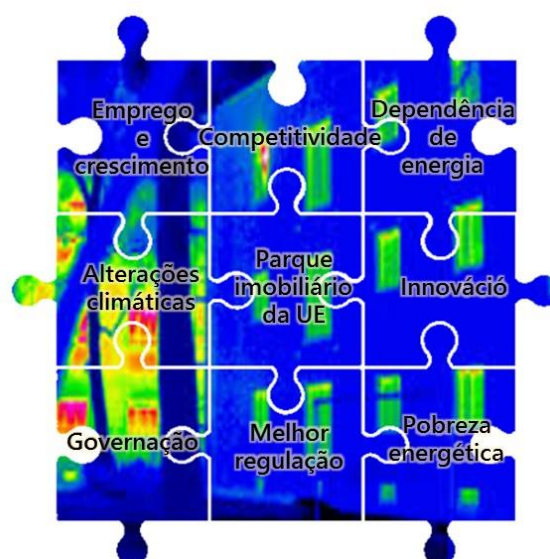
Transição Energética do parque imobiliário da UE

Desencadeando a quarta Revolução Industrial na Europa

Edifício da UE Hoje!



Edifício da UE Amanhã?



Um mercado emergente de renovação energética da UE de € 109 bilhões e 882.000 postos de trabalho.

Mais de 40% do consumo final total de energia da UE e 46% das importações de gás da UE.

Mais de 40% das emissões directas de CO₂ nos sectores utilizadores finais.

Edifícios insalubres, com mau isolamento, poluidores e com elevados custos de funcionamento levando à pobreza energética.

Renovação energética baseada em componentes e subsidiada.

Disposições fragmentadas entre 14 instrumentos políticos da UE para a poupança de energia/carbono dos edifícios

Instituições da UE fragmentadas com responsabilidades pouco claras.

Partes interessadas fragmentadas com metas pouco definidas e colaborações sub-óptimas.

Uma indústria de renovação energética da UE a liderar a transformação global dos edifícios.

Edifícios com consumo líquido de energia (fóssil) zero.

Edifícios com emissões líquidas de carbono zero.

Edifícios saudáveis, altamente eficientes em termos energéticos, produtores de energia, fortalecendo os cidadãos da UE.

Renovação energética industrializada e um mercado de renovação energética auto-financiado.

Quadro de "prioridade à eficiência energética" combinando disposições investimento-ambiente-energia para edifícios.

Facilitador de Renovação Energética da UE e Mecanismo de Partilha de Riscos da UE.

Alinhamento das partes interessadas em torno de uma meta clara de consumo líquido de energia (fóssil) zero e emissões líquidas de carbono zero para os edifícios da EU.